

As Fazendas dos Barões do Café no Brasil: Patrimônio Histórico Rural e Turismo

Geísa Martins Soares, Nelson Antonio Quadros Vieira Filho

¹ Turismóloga, Mestre em Turismo e Meio Ambiente, Docente do Colégio Técnico Universitário, CTU-UFJF. E-mail: geisaturismologa@ig.com.br.

² PhD. Docente do Mestrado em Turismo e Meio Ambiente da UNA.

Resumo

Este artigo objetiva refletir sobre o patrimônio histórico rural e sua relação com o turismo, a partir de uma revisão bibliográfica sobre esses temas. Aborda brevemente o processo de construção do espaço rural brasileiro e as transformações do chamado novo rural, com suas adaptações através dos usos turísticos. Traz discussões referentes às definições de turismo em espaço rural e patrimônio, a questão da preservação e sua relação com o turismo, peculiaridades da história do café no Brasil e no Vale do Café fluminense, as construções arquitetônicas das fazendas, os usos e costumes dos Barões do Café. A pesquisa realizada é de natureza qualitativa, sendo as reflexões produzidas a partir de pesquisas bibliográficas. É importante ressaltar que a discussão relacionada à preservação do patrimônio rural através dos usos turísticos tem importância para a história do café no Brasil e para a memória coletiva no país.

Palavras-chave: Patrimônio; Espaço Rural; Turismo; Fazendas Históricas.

The Coffee Baron's farms: Rural Heritage and Tourism.

Abstract

This article reflects upon the subject of rural heritage and its relationship with tourism, based on a bibliographical review about these themes. It approaches briefly the process of construction of the Brazilian rural space and the transformations of the so called "new rural", with its adaptations to tourist uses. It brings discussions about the definitions of tourism in rural space and heritage, the issue of preservation and its relationship with tourism, specificities of the history of coffee in Brazil and in the fluminense Coffee Valley, the architecture of the farms, the uses and costumes of the coffee's barons. The research undertaken is qualitative in nature, and the reflections produced were accomplished out of bibliographical review. It is important to stress that the discussion related to the preservation of rural heritage through tourist uses has relevance to the history of coffee in Brazil and to collective memory in this country.

Keywords: Rural Heritage, Tourism, Historical Farms

1. Introdução

A riqueza patrimonial e cultural brasileira é revelada nas cidades históricas da época da colonização, do ouro e do café e em inúmeras construções e tradições da cultura e da história do Brasil. É válido destacar que parte da riqueza histórica do Brasil está localizada na zona rural. Pode-se dizer que muitas fazendas históricas que marcaram épocas, como a época do café, estão hoje à beira da destruição, assim como a cultura tradicional do meio rural que vem sofrendo modificações.

A malha urbana foi engolindo, ao longo de décadas, o meio rural. Silva (1997) afirma que se pode dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano do ponto de vista espacial. Do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem o campo com a agricultura e a pecuária.

De acordo com Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 82% dos brasileiros vivem nos centros urbanos, o que coloca o Brasil entre os países mais urbanizados do mundo. Assim, de acordo com Silva (2000) o campo passa a oferecer, além de produtos agrícolas e pecuários, serviços voltados para o lazer, turismo, culinária regional e festas tradicionais religiosas.

Na zona rural encontram-se patrimônios históricos que se revelam como recursos potenciais para implantação de atividades turísticas, permitindo ao visitante entrar em contato com a história, a arquitetura de época, a cultura e o ambiente natural das regiões rurais.

Patrimônio histórico, patrimônio cultural, patrimônio natural. Diversos são os significados dados pelo homem ao termo patrimônio. Os patrimônios produzidos pelo homem, em um sentido amplo, podem abranger: as tradições, os modos de ser e viver e a cultura material, os artefatos; nos quais moram os testemunhos reais e palpáveis das mais diversas culturas (MARTINS, 2003, p. 45).

O patrimônio histórico localizado no meio rural tem sua valorização reduzida em função de vários fatores, como o êxodo rural e o apelo do monumental das cidades em detrimento da simplicidade do campo. Neste contexto, o turismo em espaço rural pode ser considerado um vetor potencial para a valorização do patrimônio brasileiro do meio rural. Os elementos culturais, juntamente com os naturais e econômicos que envolvem as propriedades rurais vêm, adaptados aos serviços e equipamentos específicos, potencializar a preservação do patrimônio através da atividade turística.

Assim o turismo em espaço rural vem oportunizar a preservação destas construções seculares, fazendo com que as fazendas de café e a história de nossas raízes rurais sejam resgatadas e preservadas para que as gerações futuras as conheçam e se orgulhem, além de permitir ao visitante o desfrute de lazer e turismo em áreas rurais.

Estudos e pesquisas relacionados ao patrimônio do meio rural e o turismo podem ser considerados embrionários. Pode-se dizer que a literatura contempla aspectos patrimoniais do meio rural e do patrimônio em geral, e sua relação com o turismo, de maneira incipiente, não abordando os fatores que possibilitam a valorização do patrimônio rural. Isto não só permite, mas exige que estudos sejam propostos para que sirvam de caminhos para o entendimento da valorização e preservação de um legado do passado rural brasileiro, propondo novos olhares à luz da relação com atividades turísticas.

Pretendeu-se com esta pesquisa responder a seguinte questão central: É possível afirmar que o turismo atua como agente de preservação do patrimônio histórico do espaço rural? A proposição inicial do estudo foi fundamentada na hipótese de que o turismo em espaço rural gera força para a preservação e valorização das fazendas dos barões do café.

2. Material e Métodos

A pesquisa foi eminentemente qualitativa, abordagem que possui algumas peculiaridades inerentes ao objeto de estudo. Definidas por Ludke e André (1986), entre as peculiaridades da pesquisa qualitativa estão: o contato direto do pesquisador com a situação estudada; a obtenção de dados descritivos e uma maior preocupação com o processo em termos de revelar o ponto de vista dos participantes na pesquisa.

Quanto aos fins da pesquisa, a presente investigação pode ser classificada como exploratória e descritiva. Segundo Vergara (2000) “a investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado” enquanto “a pesquisa descritiva expõe características de determinado fenômeno, podendo também estabelecer correlações entre variáveis”, ressaltando que “a pesquisa descritiva não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação” (VERGARA, 2000, p.47).

Quanto aos meios, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental. Na pesquisa bibliográfica foram utilizadas fontes primárias e secundárias, como livros, revistas especializadas, dicionários, artigos científicos, dissertações e teses com dados pertinentes ao assunto.

Na pesquisa documental foram utilizados documentos históricos de algumas fazendas do município de Rio das Flores (RJ) e relatórios de pesquisa sobre o turismo no Vale do Café Fluminense. Estes métodos permitiram o levantamento de informações e questionamentos teóricos importantes para fundamentação do trabalho, que investigou os seguintes assuntos: O turismo em espaço rural, o turismo cultural, o patrimônio histórico, a história do café no Brasil e na região do Vale do Paraíba Fluminense.

3. O Café do Brasil – Uma Breve Análise

No Brasil o desenvolvimento da cultura do café confunde-se com a própria história do País, que por adaptação e mesmo por vocação, chegou a marcar época devido a sua grande importância econômica e social... Coelho Neto, escritor brasileiro, escreveu que ‘a história do Brasil foi escrita com tinta de café’, tamanha foi a importância da cultura para o desenvolvimento do País, misturando-se inclusive com a sua própria história política e econômica (FAZENDA ÁGUAS CLARAS, 2006).

O café é uma planta oriunda da Etiópia e seu plantio no Brasil começou a se tornar grande riqueza no país no início do século XIX. A palavra café¹ aparece pela primeira vez em um livro publicado pelo médico europeu Leonhard Rauwolf, que descreve o café como uma bebida preta como tinta e útil para cuidar de moléstias, especialmente do estômago. O médico destaca que era costume bebê-la de manhã cedo, também em lugares públicos, em tigelinhas fundas de barro e porcelana, tão quente quanto se pudesse suportar, sorvendo em pequenos goles e circulando ali a tigela na roda de pessoas sentadas (GRIEG, 2000, p. 21).

Ainda que caído no gosto comum da maioria, o gosto por cafés não era unanimidade. Grieg (2002) afirma que uma campanha contra o café fora organizada por mulheres inglesas que achavam que os *coffee houses*² faziam com que seus maridos ficassem longas horas da noite longe do lar. Neste contexto elas se organizaram e apresentaram ao governo inglês um requerimento no qual diziam:

O café gasta a força viril dos homens e torna-os tão árido como areias das arábias, de onde dizem que veio esse maldito grão, e se perseverarem nesse gosto, os descendentes dos nossos robustos antepassados não serão, em breve, mais do que a raça de miseráveis macacos e pigmeus (GRIEG, 2000, p. 30).

As mulheres perderam a batalha e os espaços que têm nomes de cafés são comuns em cidades européias, brasileiras e em todo o mundo todo, alguns mais bonitos e elegantes, outros menos requintados. A procura do produto para consumo no mercado mundial fez com que a cultura cafeeira se espalhasse pelos continentes.

A primeira muda trazida para o Brasil veio da Guiana Francesa pelas mãos do sargento-mor Francisco de Mello Palheta, em 1727 foi encarregado de uma expedição à possessão francesa. Na capital caiena, apresentou-se ao palácio do governador, onde tomou café pela primeira vez. Achando a bebida deliciosa, logo se interessou por ela. Mas, o Governador Claude D'Orvilliers proibira expressamente a venda de café aos portugueses. No entanto, Palheta teria mantido um romance com Madame D'Orvilliers que, num gesto galante, lhe ofereceu semente de cinco cobiçadas mudas de café, origem dos cafezais brasileiros (GRIEG, 2000, p. 26).

O plantio do café no Brasil começou pelo Pará e em seguida atingiu outras áreas brasileiras. De acordo com Grieg (2000) em meados do século XVIII, o jesuíta João Daniel atestou a existência de numerosos cafezais espalhados ao longo dos Rios Negro e Madeira. Levado por viajantes e mascates, o café atingiu outras partes do país, chegando a Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Neste contexto, aos poucos, as plantações do estado do Rio de Janeiro e de Minas foram tomando outras proporções. Para uma produção com fundamento na monocultura e na servidão dos escravizados, era necessária a derrubada de matas, a manutenção dos escravos e a construção de fazendas e terreiros para o beneficiamento do café. No século XIX o Brasil começou a se tornar o grande produtor mundial do café.

Em Minas Gerais, a penetração da cultura cafeeira se dá via Zona da Mata. Esta se constituiu principal região produtora da Província/Estado, durante toda segunda metade do século XIX até 1930, transformando-se assim, no centro dinâmico da economia mineira daquele período (PAULA, 2002, p. 3).

O desenvolvimento da cafeicultura na Zona da Mata, em um primeiro momento, se restringe a parte sul da região, área limítrofe à Província do Rio de Janeiro, onde situam-se atualmente os municípios de Mar de Espanha, Além Paraíba, Juiz de Fora, entre outros. A partir da década de 1860, o desenvolvimento do sistema viário, irá trazer um grande impulso ao processo de expansão cafeeira da Zona da Mata mineira. A Rodovia União & Indústria³, inaugurada em 1861, proporcionou melhoras significativas às condições de transporte entre a Mata e o Porto do Rio de Janeiro, permitindo maior fluxo comercial à produção, além da economia de tempo e recursos (PAULA, 2002).

No Vale do Paraíba Fluminense a produção do café chegou a mais da metade do total da produção exportável brasileira, entre as décadas de 1850 e 1870, iniciando sua queda progressiva a partir do decênio 1881/1890, entrando em plena decadência, a partir de então, quando é ultrapassada pela produção paulista.

De acordo com Fernandes (2005), a produção do vale do Paraíba Fluminense gerou uma extraordinária riqueza para os fazendeiros que souberam aproveitá-la, construindo suas casas, como palácios rurais, e mantendo um estilo de vida de luxo.

Em fins do século XIX, na década de 80, iniciou-se a decadência do Vale do Paraíba. Garcia (1999) afirma que “toda a região entrou para o grande ‘acaso’ em sua história” e que “o castigo foi o mesmo dado a outras fases econômicas da história brasileira em que perduraram a monocultura, o latifúndio e o trabalho escravo”. De acordo com a autora, a “monocultura, praticada de forma intensiva, enfraqueceu o solo por mais de cinco décadas” (GARCIA, 1999, p.43).

Há um dito popular que expressa bem a decadência do café no Vale: “Si estiveres morto, pega o teu porco. Si estiveres quebrado, pega o teu gado. Mas com o café, não tenho fé” (FERNANDES, 2005, p.45). Neste contexto, a cultura do café paulista começa a se firmar, no interior de São Paulo as terras eram pouco exploradas e muito férteis. A ‘onda verde’, o ‘ouro verde’ trouxe grande desenvolvimento e riqueza para o Vale do Paraíba Fluminense, para Minas Gerais, Paraná, São Paulo e incontestavelmente, para o Brasil. O café deixou marcas e fez história, construiu um patrimônio histórico legado as gerações.

Hoje, o café é uma das bebidas mais consumidas no Brasil e no mundo. De acordo com o IBGE (2006) no confronto das safras de 2005/2006 há um crescimento de 16,69 % na produção do café beneficiado no Brasil, em janeiro de 2005, com uma produção de 2 145 265 arrobas e de 2 503 233 em 2006.

A região do Vale do Paraíba voltou a crescer, a economia cafeeira foi substituída pela agropecuária. Em algumas cidades “onde as marcas do passado são evidentes, delinea-se uma nova modalidade de turismo semelhante ao europeu” (GARCIA, 1999, p.44).

3.1 As Fazendas dos Barões do Café – Patrimônio Histórico Rural

As tradições da cultura do café dos séculos XIX e XX foram atreladas as construções das suntuosas fazendas⁴, estilos diversos, riquezas que geraram um patrimônio legado de nosso passado. Muitas fazendas dos Barões do Café continuam de pé e apesar dos diversos estados de conservação que se encontram, ainda são imponentes. Já outras estão esquecidas, algumas até demolidas ou em total abandono. A que se deve o abandono de umas e a valorização de outras fazendas de séculos passados?

O Vale do Paraíba é conhecido por seu valor histórico, pois se trata de uma das regiões brasileiras que melhor representa o período áureo de prosperidade da economia nacional, quando o café era o principal produto de exportação.

O plantio do café imprimiu mudanças na rotina dos fazendeiros pioneiros da região fluminense: primeiramente, pôr a mata virgem abaixo, depois, plantar, colher, exportar. Depois produzir muito e despender pouco, os gastos consigo mesmo e com a família, apenas o estritamente necessário, o imprescindível, e assim conseguia-se alcançar a abundância. E, então, vinha o palacete nos fundos de uma extensa fila de palmeiras imperiais, cercado de jardins, com capelão e mordomo como os barões medievais, porém, sem nunca esquecer a vida dura do passado que era sempre recordava com emoção, como nos relatos do 2º *Barão do Rio das Flores*, primo irmão de meu bisavô materno. Para os grandes proprietários as fazendas tinham, em média, de 250 a 600 alqueires e os latifundiários possuíam duas sesmarias, ou mais, que tinham, cada uma, a área em torno de 1 léguas quadradas, que equivale a 4.356 hectares (FERNANDES, 2005).

A implantação da fazenda de café se iniciava com a seleção de um local com terras férteis. As áreas de florestas eram consideradas melhores. GRIEG⁵ (2000) descreve a fazenda de café como sendo um pequeno mundo, um complexo econômico composto de plantações, terreiros, instalações específicas, benfeitorias e máquinas. Havia ainda, a sede, a capela, casas dos trabalhadores permanentes, as senzalas e, com a imigração, a casa dos colonos.

A fazenda era um mundo à parte, auto-suficiente, possuindo lavoura de subsistência própria, criação de animais e oficinas de reparos. A fazenda e as instalações do seu entorno ficavam quase sempre próximo a água, feito assim para atender tanto a roda d' água tanto para os serviços domésticos. Entre as construções se destacavam: a casa da fazenda, ou sede, um lugar elevado e de construção muitas vezes assobradada.

A princípio, apesar de sólida, a sede da fazenda não ostentava luxo. Era construída em dois pavimentos, com telhado de quatro águas, parede caiada de branco de pau-a-pique, adobe ou taipa, variando de acordo com a região. Internamente também era singela: as paredes eram rebocadas com revestimentos de lambris nas peças mais nobres. A decoração era feita com móveis de palhinha e madeira de lei e algumas peças de porcelana, cristais e prata. Todavia, os lucros advindos do café transformaram esses hábitos, substituídos por uma elite refinada e influente (GRIEG, 2000, p.34).

Na arquitetura das sedes das fazendas introduziu-se o estilo neoclássico em substituição às características rústicas. Tornaram-se casarões sólidos, amplos, com quatro metros de pés direito. Os arquitetos europeus contavam com artesãos portugueses, espanhóis e com pintores de fama (GRIEG, 2000, p. 36).

Ao longo de porções geográficas mineiras e fluminenses é possível encontrar, ainda hoje, no século XXI, casas-grandes que foram sedes de importantes fazendas dos barões do café, além de igrejas e cidades, que constituíram grandes empreendimentos econômicos e sociais na época em que foram construídos.

O período do chamado ciclo do café,

Legou à arquitetura brasileira, preciosos exemplares de construções civis rurais. As fazendas históricas retratadas nos selos, Fazenda Pau d'Alho e Fazenda Ponte Alta, são dois exemplares bastante representativos do legado dos 'barões do café', como ficou conhecida a elite produtora do item mais expressivo da pauta de exportações do País por longas décadas. Essas construções, muito comumente erguidas em pau-a-pique, mostram um projeto arquitetônico que responde às necessidades da produção cafeeira, agregadas às necessidades de moradia. [...] Conceitos como conforto e eficiência são desvendados ao se observar a disposição dos elementos característicos desses edifícios: a casa-sede, a senzala e o terreiro. (CORREIOS, 2003)

O selo dos Correios (Figura 1) refere-se a um exemplar da série Fazendas Históricas de Café. Pode-se ver, em primeiro plano a sede da Fazenda Pau-D'Alho, datada da primeira metade do século XIX. Acima, o céu evoca um vulto do passado e retrata a opulência dos tempos áureos. Na parte inferior da Figura 1, a sede da Fazenda Ponte Alta e suas palmeiras imperiais retratam as riquezas dominadas pelos barões do café. Abaixo, uma muda é plantada no solo e, ao lado, os lavradores colhem os preciosos frutos de café - base da economia brasileira por muitos anos (CORREIOS, 2003).



Figura 1 – Selo dos Correios
Fonte: Correios, 2006.

Com a emissão dos selos,

Os Correios lançam mais luzes sobre as riquezas geradas pelo café, as quais estão representadas hoje em vários setores da sociedade brasileira. As fazendas ainda existentes constituem um patrimônio importantíssimo para a preservação da memória da cultura cafeeira (CORREIOS, 2005).

Estas construções do campo, da áurea época da cultura cafeeira em Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, representam patrimônio importante para a memória social da região. A descaracterização do uso e até mesmo a (des)valorização deste patrimônio histórico e cultural do campo, através dos tempos, pode levar a uma análise de seu potencial de uso para atividades não agrícolas, como as atividades turísticas.

3.2 O Luxo e o Trabalho nas Fazendas do Café

O café transformou a vida dos proprietários das lavouras. Os barões⁶ do café e as famílias foram adaptando os gostos e costumes aos moldes da ostentação e do luxo, novos modos de viver impostos pela riqueza do café e pelos títulos de baronato⁷. A maioria das famílias passou a adquirir títulos nobiliários. Barões, baronesas e toda a nobreza oitocentista sabiam “viver os prazeres da vida, cercados de conforto, festas e opulência. Havia o culto pela corte rural” (GRIEG, 2000, p. 37).

As fazendas de café, tanto as fluminenses, quanto as paulistas, formaram uma unidade auto-suficiente, autárquica e contínua. A estrutura dessas grandes propriedades fundava-se na monocultura exportadora e no braço escravo. Quando o café atingia uma região, as vilas mudavam de fisionomia rapidamente: antes pequenas e sem vida, logo se transformavam em cidades com vida própria em torno das quais se ampliava o comércio de vários outros produtos (GRIEG, 2000, p. 36).

Isso se deu, por exemplo, em Vassouras, que, de acordo com Grieg (2000), foi uma das mais brilhantes cidades do café. Na área do município havia mais de 20 fazendas, e em algumas delas viveu-se inteiramente o esplendor do “ouro-verde”. Vassouras é conhecida como a cidade dos “barões do café”.

De acordo com Pires (2001) o vínculo dos fazendeiros do Vale do Paraíba com a capital Rio de Janeiro não eram muito fortes, pois a maioria dos barões do café fluminense gostava de

viver em suas fazendas. Alguns fazendeiros possuíam casas na corte que eram utilizadas somente em dias santos e em ocasiões especiais.

A rotina da vida numa fazenda de café começava cedo, antes das 5 horas acordando as pessoas e predispondo-as para a jornada. As festas são memoráveis. Delas participam convidados da corte e vizinhos, também proprietários. Os banquetes tinham uma vintena de pratos diferentes, com vinhos raros, importados da França, que eram guardados nas adegas das casas, algumas famosas como a do Visconde do Rio Preto, em sua imponente fazenda **Paraizo, a jóia de Valença** que é emblemática como referência histórica para o período do fausto cafeeiro da região fluminense. (FERNANDES, 2005).

A elite dos barões passou a viver de maneira ainda mais sofisticada, chegando a fazer concorrência com a corte. Em uma fazenda do Vale do Paraíba, o proprietário chegou a importar o gramado da Inglaterra. Alguns barões recebiam visitas da família imperial. “Nas recepções importantes, o proprietário chegava ao requinte de apresentar um *menu du dinner*, impresso em panos feitos em tipografia da capital (GRIEG, 2000, p. 36).

Os salões das sedes das fazendas eram muito grandes e ricamente decorados. Tudo vinha da Europa: finas porcelanas pratarias, tapeçarias, móveis e cristais. Os salões eram palco para as inovações que os moldes estrangeiros possibilitavam. Em um canto da sala, às vezes num cômodo especial, ficava o piano, centro das atenções em momentos especiais de encontros e festas.

As fazendas de café eram verdadeiros complexos com uma grande população. Na lavoura e no beneficiamento do café, além de escravos para os serviços gerais da sede como cozinheiras, mucamas, arrumadeiras, lavadeiras e passadeiras, amas secas e de leite, pagens, meninos de recados, cocheiros etc. O controle dos serviços da casa cabia às senhoras que, de acordo com a rotina das fazendas, controlavam as escravas, os gastos, a limpeza, os cardápios das refeições diárias, o cuidado com os jardins e a organização de missas e das festas da fazenda.

Os divertimentos da classe escravocrata, explica Garcia (1999), “se resumiam nas danças no terreiro, aos sábados e nos trabalhos de domingo um tanto mais leves. Esta classe social proporcionava, de certa forma, os deleites da primeira classe”. (GARCIA, 1999, p. 40).

A vida nas fazendas era composta por duas vertentes. De um lado a ostentação, passeios a cavalo, festas de noivado, de casamento, de batismos, de aniversários, visitas ilustres - de outro, o trabalho. O trabalho escravo, o trabalho sem cessar, noite e dia, a labuta de muitos para a construção da riqueza dos barões do café.

4. Patrimônio e Turismo no Espaço Rural

Discutir os conceitos de patrimônio, história, memória e identidade se torna relevante para ligar estes termos ao fenômeno turismo. Martins (2003, p.39) explica que, se tomando o patrimônio em um sentido amplo, “(...) estão ali materializados: as tradições, os costumes, os modos de ser e de viver, mas, sobretudo, em cultura material, técnicas, artefatos etc, nos quais estão os testemunhos reais, paupáveis, das mais diversas culturas”.

O decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, diz em seu artigo 1º que,

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua

vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (IEPHA, 2005).

O tempo patrimônio tem ligação com os termos história, memória e identidade. A história de um povo, país ou localidade, traz influências no modo de compreender o passado dos indivíduos e sociedades. Como afirma Martins (2003, p.44) “como o tempo, o espaço, constitui um elemento fundamental na constituição do grupo (...) a história é um elemento básico na construção da identidade do grupo”.

Para Aguirre (*apud* MARTINS, 2003, p.44) “a história faz remissão ‘ao que fomos’ para chegar ‘ao que somos’. A história se refere à realidade que foi e à realidade a ser. Desta forma, o passado histórico é definido a partir do que foi (história) e também do que deveria ser (lenda)” (AGUIRRE *apud* MARTINS, 2003, p.44).

A história, a memória e a identidade são o patrimônio cultural vivido no presente, percebido pela memória coletiva de hoje. Para Aguirre (*Apud* MARTINS, 2003, p. 45) a patrimonialização é uma tomada de consciência social de um grupo com referência a alguma ou a algumas manifestações culturais próprias.

Preservar nosso patrimônio cultural é dar continuidade física ao patrimônio edificado, histórico ou ambiental, às coleções artísticas e dos mobiliários, aos jardins e parques históricos, aos arquivos de interesse histórico, aos usos, costumes e manifestações, culturais, para garantir a noção de pertencimento de um grupo a uma comunidade ou lugar, promovendo a melhoria da qualidade de vida das sociedades, através do bem estar material e espiritual, que possibilita o exercício da memória e da cidadania. (RANGEL, 2002, p. 18).

A preservação dos bens culturais, materiais e imateriais, está intimamente ligada ao uso, ao destino de utilização que o bem terá. Rangel (2002) afirma que,

A preservação do bem cultural está vinculada a sua correta utilização e integração ao cotidiano da comunidade. A atuação do poder público deve ser exercida em caráter normativo, e a preservação deve ser partilhada com organizações coletivas capazes de uma ação efetiva (RANGEL, 2002, p.24).

O espaço rural, constituído pelo campo e suas histórias, fazendas históricas e as lembranças do passado, são como imagens vivas ainda na memória.

O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isto de singular: ela é formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais; estas formas-objetos, tempo passado são igualmente tempo presente enquanto formas que abrigam uma essência. Por isso o tempo passado está morto como “tempo”, não porém como “espaço”, o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social (SANTOS, 1982, p. 29).

O campo e as tradições rurais são lembrados com ar de saudade dos tempos passados. O saudosismo rural é abordado e discutido por Silva (2000):

No enfrentamento incansável entre campo e cidade, perda é o sentimento-chave. Para parte considerável dos habitantes da metrópole, perda de significado na vida do sujeito apagado pela indiferença coletiva – provavelmente por isso a necessidade de fuga da impessoalidade das relações humanas nas grandes cidades para buscar a solidariedade possível nas pequenas comunidades. Entre os saudosos do campo, a sensação histórica da perda dos *bons e velhos tempos*. Mais uma vez o embate

entre urbano e rural ganha força e, mais que antes, se traduz na tensão entre a concreteness do tempo presente e a fluidez do tempo passado (SILVA, 2000, p.92).

Recursos patrimoniais potenciais, localizados na área rural, podem ser adaptados para se transformarem em atrativos turísticos, agregando a eles serviços como hospedagem, alimentação, acessos e entretenimento. Podem permitir a possibilidade de mobilizar a memória coletiva, transmitindo a outras gerações o legado de passados áureos.

O Turismo no Espaço Rural pode se desenvolver com a união de diversas atividades, os apelos culturais de patrimônio histórico, a memória e a identificação de pertencimento a história do país podem ser percebidas nas construções históricas das Fazendas de Café, que permitem a prática do Turismo Cultural. Segundo Cavalcanti (1992) o turismo cultural não é só o legado que é herdado, é também o legado que, através de uma seleção consciente, um grupo significativo da população deseja levar ao futuro. Ou seja, existe uma escolha cultural subjacente à vontade de levar o patrimônio cultural a gerações futuras.

Assim, pode-se considerar que a relação de patrimônio histórico e turismo no espaço rural podem ser geradoras de readaptações de espaços rurais que antes não eram utilizados. As intervenções e readaptações dos espaços de patrimônio histórico são ações sobre um passado histórico sentido no presente, pensando o futuro.

Em 1955 Rodrigo Melo Franco de Andrade publicou o artigo 'Arquitetura Brasileira do Ciclo do Café (...) no qual afirmava que o estudo de nossos monumentos seria muito incompleto e superficial se limitado às áreas urbanas, tornando-se extraordinariamente mais rico e elucidativo para o conhecimento de nossas origens desde que compreenda os domínios rurais (...) Quase todos, porém, correspondem ao período designado como o ciclo da cana-de-açúcar, assim como do ciclo do café (WINTER, 2005).

5. O Novo Rural Brasileiro e o Turismo

A zona rural, hoje, é considerada como um novo espaço. Por um lado, o rural como é tradicionalmente conhecido. Por outro, um espaço readaptado, em que outras atividades são desenvolvidas, além daquelas, até então, conhecidas.

Mas o que é exatamente hoje este espaço denominado rural? A concentração e aglomeração, de um lado, e a dispersão, de outro, são características suficientemente distintas, por vezes opostas, de dois tipos de espaços. No, entanto, podemos nos perguntar: essa diferença é essencial? O rural do século XX tornou-se polifuncional. A imagem do rural associado e confundido à imagem do agrícola (em virtude do peso da agricultura) não mais se aplica a determinados espaços onde as paisagens rurais não traduzem mais unicamente as relações de longo prazo estabelecidas entre o agricultor e a terra [...] (LOCH; NEUMANN, 2005).

Um artigo da Revista Veja (2004) de Marcos Buarque Gusmão, traz como título: O novo caminho da roça. Discute as transformações na 'roça' da nova geração de empresários e destaca que o que mais chama a atenção dos estudiosos desse tema atualmente "não é mais o êxodo do homem do campo buscando emprego na capital, mas sim a onda crescente de pessoas cuja família está, há gerações, enraizada na metrópole e larga tudo para viver no Brasil rural" (GUSMÃO, 2004, p.36).

As reabilitações do espaço rural são consideradas por Silva (1987) como 'o novo rural brasileiro', estudado em um projeto chamado Projeto Rurbano⁸, em que é apresentada a relevância dos cortes rural-urbano e agrícola e não agrícola e é analisada a importância das atividades não agrícolas em áreas rurais. O autor apresenta discussões diversas sobre as

atividades do campo, destaca os estudos acerca das atividades de lazer no campo, abordando o turismo em espaço rural em diversas publicações.

O espaço rural não mais pode ser pensado apenas como um lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além de ele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando uma gestão multipropósito do espaço rural (SILVA, 1997, p. 21).

Ainda na análise das readaptações no espaço rural, em que este espaço angaria novas possibilidades de desenvolvimento, Silva (1997) discute que o meio rural ganhou novas funções e novos tipos de ocupações, as atividades de recreação e lazer relacionadas ao turismo, além do desenvolvimento de atividades de preservação e conservação que propiciam o surgimento do ecoturismo, além das criações de parques estaduais e estações ecológicas (SILVA, 1997, p. 23). Essa apreciação, mesmo que breve, permite compreender a importância da evolução do turismo no espaço rural. O espaço rural readaptado, aferindo seus abonos de valores e usos, propicia a prática de atividades inerentes aos serviços que envolvem lazer e turismo, além da valorização dos patrimônios nele construídos ao longo de todo o processo da ruralidade brasileira.

6. Conclusões

É importante salientar que o cuidado, no âmbito da palavra, com o patrimônio e a relação deste com o turismo, é alvo de preocupação. São necessários estudos e planejamento para que se possa desenvolver um turismo cuidadoso, ou seja, um turismo que permita a preservação dos atrativos vivos, a memória cultural e o crescimento ordenado do turismo, gerando benefícios às comunidades urbana e rural e a satisfação do visitante. Estes aspectos também merecem reflexões.

O estudo permite afirmar que o potencial histórico e cultural da região do Vale do Café é muito rico. Composto por fazendas históricas, igrejas nos interiores das fazendas, capelas rurais, estações ferroviárias e maquinários de beneficiamento do café, além dos atrativos naturais, a região do Vale do Café Fluminense permite vislumbrar planejamento para implementação efetiva do turismo.

Outro fato que pode ser facilmente percebido, é que há um envolvimento sério das instituições públicas governamentais e não governamentais, acrescentando ainda, que há um engajamento entre elas e as iniciativas dos proprietários das fazendas históricas. Isto pode ser considerado de extrema importância no sucesso da atividade turística na região, em especial, para que o turismo venha ser caracterizado como transformador e propulsor do desenvolvimento.

Outro fator importante a ser observado advindo do turismo é a preservação do patrimônio histórico. Com as iniciativas governamentais em âmbito federal, estadual e regional, somando as iniciativas locais da Prefeitura, da ARTUR e dos proprietários dos atrativos históricos, parece que se criou um maior cuidado (por parte de todos os envolvidos) com o patrimônio histórico utilizado para o turismo e o patrimônio potencial para futuros investimentos turísticos.

O café é responsável pela construção das fazendas históricas dos Barões. Alguns autores que relatam a história do café afirmam que o café brasileiro construiu o Brasil. O café pode ser considerado o ouro negro que permitiu muitos acontecimentos de importância, tanto para o país, quanto para o mundo. Lembrando aqui que Alberto Santos Dumont, o pai da aviação, em finais do século XIX foi para a França estudar com o apoio e custeio de seu pai Henrique Dumont. O engenheiro Henrique Dumont era um fazendeiro que produzia vultosas quantias de café nas terras de Minas Gerais, em Palmyra (Santos Dumont), na região do

Vale, em Rio das Flores e mais tarde em Ribeirão Preto, São Paulo. Por isso, há quem diga que o café é o (co)responsável pela criação do avião.

As iniciativas turísticas trazem um pouco de alento (em relação à renda alternativa gerada) e de esperança para os proprietários que acreditam que dias melhores virão para os negócios do espaço rural. Talvez seja por isso que as iniciativas turísticas vêm sendo aceitas e aplaudidas pelos empreendedores rurais.

O uso do patrimônio pelo turismo pode trazer a oportunidade de preservação das fazendas históricas e de toda a riqueza histórica do café no Brasil, para que esta e as futuras gerações percebam a importância do patrimônio e da memória do país.

O turismo e o patrimônio do espaço rural podem ser, juntos, geradores de readaptações de espaços rurais antes não utilizados. Ressalta-se que é primordial o planejamento para o desenvolvimento salutar do turismo. Destarte, urge, fazer estudos mais profundos da atividade turística como um todo e, em especial, nos municípios do Vale do café Fluminense, que detém grande potencial de patrimônio histórico do café. O turismo tem que ser integrado e participativo na localidade em que acontece e todo o processo envolvido deve considerar, antes de qualquer coisa, que o turismo envolve pessoas a todo o tempo.

O estudo aqui apresentado não pretende, de nenhuma forma esgotar este assunto, porém, esta pesquisa poderá ser apreciada como um importante subsídio para discussões futuras sobre localidades com vocação de patrimônio no espaço rural para usos turísticos. O planejamento do turismo é mais que necessário, porém com base em estudos e pesquisas sérias. O futuro do turismo cultural passa pela valorização do passado construído. É o resgate de valores que somados a investimentos e parcerias, vem proporcionar o reviver, o conhecer e o amar, e em conseqüência, vem proporcionar o preservar.

A comunidade e os proprietários de patrimônio histórico, herdeiros ou não deste patrimônio, são os guardiões do patrimônio que pertence a todos. O turismo pode ser mais uma força para a preservação e a guarda de um patrimônio muito importante, tanto como memória, quanto como atrativo turístico. Desta forma, o uso dos recursos históricos pelo turismo pode ser considerado muito bem vindo, permite salvaguarda do legado patrimonial e boa experiência turística para o visitante.

Pensar o turismo e o patrimônio do espaço rural é pensar um passado presente, pensando um futuro de memória. Ao longo desta caminhada, na produção do conhecimento do turismo e de seus elos interdisciplinares, faz-se imprescindível continuar na pesquisa da percepção das imagens e dos valores que envolvem o patrimônio histórico, a memória e o fenômeno turístico.

Bibliografia

CORREIOS. **Fazendas Históricas de Café**. Disponível em <http://www.correios.com.br/selos/selos_postais/selos_2003/selos2003_3.cfm>. Acessado em 29 de junho de 2005.

FAZENDA ÁGUAS CLARAS. **História do Café**. Disponível em <<http://www.cafeaguasclaras.com.br>>. Acessado em 15 de janeiro de 2006.

FERNANDES, Aníbal De Almeida. **O Café e a Província Fluminense no Brasil dos Braganças**. Fevereiro de 2005. Disponível em <<http://www.historianet.com.br>>. Acessado em 20 de setembro de 2005.

GARCIA, Beatriz. **O romance do café**. São Paulo: Alfa-omega. 1999.

GRIEG, Maria Dilecta. **Café, negócios e elite**. São Paulo: Olhos D'Água, 2000.

GUSMÃO, Marcos Buarque. **O novo caminho da roça**. In Agronegócio: retratos de um Brasil que dá certo. Revista Veja. Edição Especial nr. 30. Abril de 2004.

HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. **Minidicionário aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Características da População e dos Domicílios. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em www.ibge.gov.br. Acessado em 20 de janeiro de 2005.

IEPHA. INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E ARTÍSTICO. Disponível em <<http://www.iepha.mg.gov.br>>. Acessado em 25 de janeiro de 2006.

LOCH, Carlos; NEUMANN, Pedro Selvino. **Sustentabilidade espacial e desenvolvimento do espaço rural**. Disponível em <<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural>>. Acessado em 27 de setembro de 2005.

LUDKE, Martins, ANDRÉ M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU. 1986.

MARTINS, Clerton. **Turismo, cultura e identidade**. São Paulo: Roca, 2003.

PAULA, Ricardo Z. A. de. **Percalços da industrialização: o caso de Minas Gerais**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 2002. Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br>>. Acessado em 25 de outubro de 2005.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec. 1982.

SILVA, Gislene. **O imaginário rural do leitor urbano - o sonho mítico da casa no campo**. Tese de doutorado em Ciências Sociais. PUC - São Paulo. 2000.

SILVA José Graziano da. **O Novo Rural Brasileiro**. Revista Nova economia, Belo horizonte. 7(1):43-81 (maio de 1997). Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br/projetos>>. Acessado em 15 de abril de 2005.

SILVA José Graziano da, et al. **Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil**. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDLY, M.; FROEHLICH, J.M. (org.). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

RANGEL, Marília Machado. **Educação patrimonial: conceitos sobre patrimônio cultural**. Secretaria de Estado da Educação. Belo Horizonte: SEE/MG, 2002.

SOARES, Geísa Martins. **Os impactos do turismo na cidade histórica de Tiradentes MG: o olhar dos agentes do turismo**. Monografia (Pós-graduação em Turismo Planejamento, Gestão e Marketing). Universidade Católica de Brasília. 2004.

UNESCO. Organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura. **Revitalização sustentável do patrimônio cultural brasileiro**. Disponível em <<http://www.unesco.org.br>>. Acessado em 23 de janeiro de 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Olhares sobre o rural brasileiro**. Recife, outubro 1999. Disponível em <<http://www.locus.org.br>>. Acessado em 27 de setembro de 2005.